

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Conceito

São garantias constitucionais, isto é, medidas utilizadas para tornar efetivo o exercício dos direitos e garantias constitucionais. Temos cinco institutos: Ação Popular, Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Injunção e Mandado de Segurança.

Habeas Corpus

Conceito

Ação constitucional gratuita de caráter penal, cuja finalidade é de prevenir ou sanar a ocorrência de violência ou coação na liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. (art. 5º, LXVIII).

De acordo com o artigo 5º, XV da CF/88 "é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Sujeito ativo

Qualquer pessoa física, homem, mulher, maior, menor, capaz, incapaz, nacional, estrangeiro, não exigindo sequer que tenha capacidade postulatória, em nome próprio ou de terceiro (impetrante/paciente).

Sujeito passivo

Contra ato de qualquer agente, no exercício de função pública. Assim, sempre que alguém atuar em nome do Estado e, nesta qualidade, constranger ilegalmente a liberdade de outrem cabe HC. A CF não exclui o ato de particular.

Espécies

Preventivo: ocorre nos casos de ameaça à liberdade de locomoção. Neste caso a liberdade está ameaçada podendo se obter um salvo-conduto.

Liberatório ou Repressivo: neste caso a liberdade de locomoção foi cerceada e a violação poder cessar mediante a expedição de um alvará de soltura.

Mandado de Segurança

Conceito

Tem por finalidade proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (art. 5º, LXIX).

Direito Líquido e Certo

É aquele resultante de fato certo, ou seja, capaz de ser comprovado de plano, por documentação inequívoca, mediante prova pré-constituída, sem a necessidade de dilação probatória.

Sujeito ativo

Titular do direito líquido e certo. Pode ser pessoa física ou jurídica.

Sujeito passivo

É a autoridade coatora responsável pela ilegalidade ou abuso de poder, que pratica ou ordena a execução do ato impugnado e que detenha competência para corrigir a ilegalidade do mesmo.

Prazo para impetração

120 dias contados da data da ciência do ato impugnado.

Espécies

Preventivo: casos em que há ameaça concreta de violação de um direito líquido e certo.

Repressivo: casos em que a violação e/ou ilegalidade já foi cometida.

Hipóteses de não cabimento

Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;

II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;

III - de decisão judicial transitada em julgado.

Mandado de Injunção

Conceito

Tem por finalidade viabilizar o exercício de um direito constitucionalmente previsto e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, que dependem de regulamentação por estarem previstos em norma constitucional de eficácia jurídica limitada. (art. 5º, LXXI).

Sujeito ativo

Qualquer pessoa, física ou jurídica.

Sujeito passivo

Órgão ou poder incumbido de elaborar a norma regulamentadora (Ex: Congresso Nacional).

Efeitos da decisão

Posição concretista direta geral: decisão de efeito *erga omnes* até o advento de norma integrativa;

Posição concretista direta individual: decisão implementando o direito válida somente para o autor;

Posição concretista direta coletiva: decisão válida para um grupo, classe ou categoria de pessoas;

Posição concretista intermediária: É concedido prazo ao órgão omissor para elaborar a norma regulamentadora. Na inércia, o direito é implementado a todos (geral), para um grupo, classe ou categoria de pessoas (coletiva) ou apenas ao impetrante (individual).

Posição não concretista: A decisão apenas constitui em mora o poder, órgão ou autoridade omissor na elaboração da norma regulamentadora, reconhecendo-se formalmente a inércia.

Habeas Data

Conceito

É um remédio constitucional, que tem por finalidade proteger a esfera íntima dos indivíduos, possibilitando-lhes a obtenção e retificação de dados e informações constantes de entidades governamentais ou de caráter público. (art. 5º, LXXII).

Objeto

Assegurar o direito de acesso e conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante e o direito à retificação desses dados.

Sujeito ativo

Qualquer pessoa física ou jurídica.

Sujeito passivo

Será aquele de acordo com a natureza jurídica do banco de dados.

Sigilo: art. 5º, XXXIII - dispõe que o direito de receber dos órgãos públicos informações não inclui aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Requisitos

É necessária a prova da recusa na prestação e/ou retificação das informações.

Ação Popular

Conceito

É o meio constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para obter a invalidação de atos ou contratos administrativos ilegais e lesivos ao patrimônio federal, estadual ou municipal, ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. (art. 5º LXIII).

Requisito

Lesividade (ilegalidade) – ao patrimônio público (direta ou indiretamente), à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Sujeito ativo

Cidadão (brasileiro nato ou naturalizado em pleno gozo dos direitos políticos). Há a necessidade da juntada de cópia do título de eleitor e/ou certidão negativa expedida pela Justiça Eleitoral. Excluem-se os estrangeiros, os apátridas, as pessoas jurídicas e os brasileiros que tiverem com os direitos políticos suspensos ou perdidos.

Sujeito passivo

Podemos incluir no pólo passivo o agente praticante do ato, entidade lesada, eventuais beneficiários do ato.

Espécies:

Preventiva: visa evitar a prática dos atos lesivos e/ou ilegais.

Repressiva: visa o ressarcimento de danos, a anulação do ato, a recomposição do patrimônio, indenização etc.

Exercício 1:

Diretor de sociedade de economia mista da qual o Município participa pratica ato lesivo ao patrimônio da empresa. A anulação do ato pode ser pleiteada:

A)

em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no País.

B)

em ação popular proposta por qualquer cidadão.

C)

apenas pelos que foram prejudicados pelo ato.

D)

em Mandado de Segurança impetrado por qualquer pessoa residente no Município.

E)

Em Mandado de Injunção impetrado por qualquer pessoa.

Exercício 2:

Um cidadão, acessando uma página da Receita Federal na internet, de propriedade do Governo Federal, descobre que os dados da sua última declaração encontram-se à disposição de todos os internautas. Para que seus dados sejam retirados daquela página, pode esse cidadão ingressar em juízo com:

A)

mandado de segurança.

B)

habeas data.

C)

mandado de injunção.

D)

ação popular.

E)

habeas-corpus.

Exercício 3:

A Reforma Administrativa determinou que a fixação do subsídio dos ministros do STF será realizada por lei de iniciativa conjunta do Presidente da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF. Não tendo esta lei sido promulgada, pode-se entender que a inércia das autoridades responsáveis:

A)

não poderá ser suprida pelo mandado de injunção, visto tratar-se de iniciativa conjunta com o presidente do STF.

B)

podrá ser suprida por mandado de injunção, medida hábil a instrumentar o exercício de direitos decorrentes da ausência de norma regulamentadora.

C)

podrá ser suprida por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a ser proposta por qualquer servidor público prejudicado pela ausência de lei.

D)

podrá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.

E)

podrá ser suprida por meio de Mandado de Segurança por tratar-se de direito líquido e ainda incerto pela ausência de norma.

Exercício 4:

Ao direito à probidade da administração pública a Constituição Federal consagra uma garantia:

A)

habeas corpus.

B)

habeas data.

C)

ação popular.

D)

mandado de injunção.

E)

mandado de segurança.

Exercício 5:

O Presidente de uma Associação de Amigos de Bairro, ao participar de manifestação contrária à decisão do Poder Executivo local de propor a alteração do zoneamento urbano municipal, foi detido por Delegado de Polícia ali presente, sob a alegação de prática de incitação ao crime e desacato. Diante dessa situação, observada a legitimação ativa adequada para a espécie e com vistas ao desfazimento do ato da autoridade policial, seria possível a impetração:

A)

habeas data.

B)

ação popular.

C)

mandado de segurança.

D)

habeas corpus.

E)

mandado de injunção

Exercício 6:

Julgue os seguintes itens:

I - Caberá mandado de segurança, dentre outras hipóteses, contra ilegalidade ou abuso de poder praticado por agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

II - Conceder-se-á mandado de injunção para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo, na ausência de norma regulamentar, por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Assinale a alternativa correta:

A)

as duas assertivas são corretas.

B)

as duas assertivas são falsas.

C)

somente I é correta.

D)

somente II é correta.

E)

as duas assertivas são corretas e a segunda não justifica a primeira.